

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020***

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Confederação Brasileira de Tênis de Mesa

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, RJ, 16 de março de 2022.

FSA NETWORK Auditores e Consultores
CRC-RJ-003004/O-2



Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ-031950/O-9

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	Nº N.E.	2021	2020	PASSIVO	Nº N.E.	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.009.543	886.539	Obrigações governamentais	7	384.416	812.081
Adiantamentos	4	833.331	1.042.223	Contas a pagar	8	359.446	335.499
Outros créditos		190.190	448.085	Obrigações fiscais e trabalhistas	9	508.984	582.538
		2.033.064	2.376.847	Parcelamentos de impostos		-	12.670
						1.252.846	1.742.788
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		81.136	81.136	Obrigações governamentais	7	577.638	577.310
Ativos especiais	5	231.763	225.045	Fundo especial	5	231.763	225.045
Imobilizado	6	1.032.435	1.081.846	Parcelamento de impostos		92.144	111.725
		1.345.334	1.388.027			901.545	914.080
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio social	10	1.878.205	1.878.205
				Déficits acumulados		(654.198)	(770.199)
						1.224.007	1.108.006
TOTAL DO ATIVO		3.378.398	3.764.874	TOTAL DO PASSIVO		3.378.398	3.764.874

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, centavos omitidos)

	Nº N.E.	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITAS			
Receitas de recursos públicos			
Receitas da Lei Agnelo/Piva		7.743.425	4.801.693
		<u>7.743.425</u>	<u>4.801.693</u>
Receitas de recursos próprios			
Anuidades de federações		16.200	38.400
Eventos e torneios	12	605.360	280.565
Outras receitas operacionais	13	696.855	1.244.438
		<u>1.318.415</u>	<u>1.563.403</u>
DESPESAS			
Gastos com recursos públicos			
Gastos da Lei Agnelo/Piva		(7.743.425)	(4.801.693)
		<u>(7.743.425)</u>	<u>(4.801.693)</u>
Gastos com recursos próprios			
Despesas gerais	14	(1.147.160)	(1.519.853)
Despesas tributárias		(26.789)	(16.992)
Resultado financeiro líquido		(28.465)	(84.442)
		<u>(1.202.414)</u>	<u>(1.621.287)</u>
Superávit(déficit) do exercício		<u><u>116.001</u></u>	<u><u>(57.884)</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.878.205	(712.315)	1.165.890
Déficit do exercício	-	(57.884)	(57.884)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.878.205	(770.199)	1.108.006
Superávit do exercício	-	116.001	116.001
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.878.205	(654.198)	1.224.007

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Atividades operacionais		
Superávit(déficit) do exercício	116.001	(57.884)
Ajustes		
Depreciação	218.645	211.090
	334.646	153.206
Variação do ativo/passivo circulante		
Adiantamentos	208.892	(315.368)
Outros créditos	257.895	(361.004)
Obrigações governamentais	(427.337)	547.083
Contas a pagar	23.947	(67.736)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(73.554)	194.115
Parcelamentos de impostos	(32.251)	(14.973)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	292.238	135.323
Atividades de investimentos		
Imobilizado	(169.234)	(50.036)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(169.234)	(50.036)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	123.004	85.287
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	886.539	801.252
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.009.543	886.539
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	123.004	85.287

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, designada pela sigla CBTM, filiada à Federação Internacional de Tênis de Mesa, designada pela sigla ITTF, à União Latino Americana de Tênis de Mesa, designada pela sigla ULTM, à Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa, designada pela sigla CSATM, ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, desde 30 de maio de 1979.

A CBTM, dentro da sua finalidade desportiva, possui os seguintes principais objetivos:

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do tênis de mesa em todos os níveis e manifestações sociais, inclusive os estudantis praticados por alunos das escolas primárias e secundárias;
- b) Representar o tênis de mesa brasileiro junto aos poderes públicos em caráter geral;
- c) Representar o tênis de mesa brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da União Latino-Americana de Tênis de Mesa, Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa, da respectiva Federação Internacional de Tênis de Mesa e outras entidades vinculadas, com poderes para celebrar acordos, convenções, convênios e tratados, assim como orientar, coordenar, condicionar e fiscalizar as atividades de âmbito do sistema internacional das suas afiliadas, observando as competências do COB e CPB;
- d) Promover ou permitir a realização de competições interestaduais e de competições internacionais no território brasileiro;
- e) Respeitar e fazer respeitar as regras, normas e regulamentos internacionais e olímpicos, e demais atos normativos editados por poderes e órgãos de hierarquia superiores;
- f) Regulamentar as inscrições dos praticantes do tênis de mesa na CBTM e as transferências de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais;

- g) Promover e fomentar a prática do tênis de mesa de alto nível, estudantil, universitário, em empresas públicas e privadas, Forças Armadas e Auxiliares e portadores de deficiências físicas e intelectuais;
- h) Promover o funcionamento de cursos técnicos de aprendizagem e aprimoramento do tênis de mesa;
- i) Promover a realização de campeonatos e torneios do desporto que dirige;
- j) Expedir às filiais estaduais, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de tênis de mesa que promoveram ou participaram;
- k) Regulamentar as disposições legais baixadas a respeito dos atletas dispendo sobre inscrições, registro, inclusive de contrato, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas;
- l) Decidir sobre a promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas filiadas, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional;
- m) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição;
- n) Praticar no exercício da direção nacional do tênis de mesa, todos os atos necessários à realização de seus fins;
- o) Desenvolver programas de inserção social em comunidades carentes, por meio de concessão de bolsas de estudos e incentivo a saúde e educação, enquanto princípio fundamental da atividade desportiva;
- p) Fomentar a prática desportiva, não só o tênis de mesa como outras atividades desportivas, divulgando e incentivando o desporto educacional, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
- q) Filiar-se ou desfiliar-se a instituições nacionais e interestaduais, após aprovação do Comitê Executivo;
- r) Manter e incrementar as relações amistosas e desportivas entre suas filiadas, incentivando o intercâmbio entre elas;

- s) Aprovar as suas filiadas ou qualquer pessoa física ou jurídica do quadro das suas filiadas, como a permissão destas, a promover cursos, simpósios, estágios, ou de outras atividades de natureza teórica ou prática, em torno da modalidade de tênis de mesa, no território nacional;
- t) Organizar ou autorizar os calendários anuais de eventos nacionais e internacionais oficiais das manifestações da modalidade de tênis de mesa.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Através das demonstrações contábeis do exercício de 2021, o índice de liquidez corrente apurado foi de 1,62 (1,36 no exercício de 2020), que é a capacidade de pagamento da Entidade das suas obrigações de curto prazo, considerando seus recursos de igual prazo.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

d. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

f. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

g. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos conta movimento	100.056	385.426
Aplicações financeiras	909.487	501.113
Total	<u>1.009.543</u>	<u>886.539</u>

Os saldos de contas correntes e aplicações financeiras são assim demonstrados por recursos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recursos próprios	<u>4.551</u>	<u>367.046</u>
Comitê Olímpico do Brasil	93.515	6.154
Comitê Paralímpico Brasileiro	50	10.320
Ministério do Esporte	1.940	1.906
Recursos públicos	<u>95.505</u>	<u>18.380</u>
Total dos bancos conta movimento	<u>100.056</u>	<u>385.426</u>

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recursos próprios	<u>609.671</u>	<u>-</u>
Comitê Olímpico do Brasil	96.649	384.604
Comitê Paralímpico Brasileiro	189.028	102.664
Ministério do Esporte	14.044	13.752
Lei de Incentivo ao Esporte	95	93
Total das aplicações financeiras – Recursos públicos	<u>299.816</u>	<u>501.113</u>
Total das aplicações financeiras	<u>909.487</u>	<u>501.113</u>

4. Adiantamentos

Os saldos de adiantamentos representam gastos realizados com recursos públicos que serão ressarcidos ou devolvidos no exercício seguinte. São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Comitê Olímpico do Brasil	378.587	555.146
CPB	110.722	143.055
Ministério do Esporte	344.022	344.022
Total	<u>833.331</u>	<u>1.042.223</u>

5. Ativos especiais

Os ativos especiais estão representados por aquisições de bens com recursos públicos e estão demonstrados em contrapartida dos fundos especiais no passivo não circulante, com o mesmo saldo. São transferidos para o imobilizado da Entidade quando doados pelas entidades públicas. São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Máquinas e computadores – Comitê Olímpico do Brasil	<u>1.554</u>	<u>1.554</u>
Móveis e utensílios – Comitê Paralímpico Brasileiro	<u>22.658</u>	<u>15.940</u>
Máquinas e equipamentos	6.964	6.964
Computadores e periféricos	5.387	5.387
Materiais esportivos	149.042	149.042
Móveis e utensílios	3.598	3.598
Total de bens – Ministério do Esporte	<u>164.991</u>	<u>164.991</u>
Materiais esportivos – Lei de Incentivo ao Esporte	<u>42.560</u>	<u>42.560</u>
Total	<u>231.763</u>	<u>225.045</u>

6. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	2021			2020	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Imóveis	-	20.364	-	20.364	20.364
Móveis e utensílios	10%	139.820	(102.156)	37.664	44.075
Máquinas e equipamentos	10%	316.941	(244.854)	72.087	89.607
Computadores e periféricos	20%	511.118	(459.395)	51.723	41.006
Instalações	10%	9.384	(6.626)	2.758	3.696
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	93.030	(60.887)	32.143	35.864
Software	20%	18.527	(18.036)	491	4.197
Material esportivo	10%	1.809.609	(994.404)	815.205	843.037
		2.918.793	(1.886.358)	1.032.435	1.081.846

7. Obrigações governamentais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

		2021	2020
Comitê Olímpico do Brasil – COB	(i)	312.596	602.311
Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB		71.820	209.770
Ministério do Esporte	(ii)	472.602	472.276
Projeto Lei de Incentivo ao Esporte		105.036	105.034
		962.054	1.389.391
Circulante		384.416	812.081
Não circulante		577.638	577.310

- (i) Durante o exercício de 2020, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 7.743.425 (R\$ 4.801.693 em 2020), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 312.596 (R\$ 602.311 em 2020), será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados, ou devolvido ao COB no exercício subsequente.

- (ii) Durante o exercício de 2021, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa manteve o convênio com o Ministério do Esporte, que foi firmado em 2012. Não ocorreram novas receitas recebidas em 2021 e 2020 para aplicação nos objetos findos de cada contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 472.602 (R\$ 472.276 em 2020), será devolvido ao Ministério do Esporte ou aplicado em projetos nos exercícios seguintes

Convênio - ME 776456:

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais de alto rendimento da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.520.846. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 30 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.136.306, totalizando R\$ 2.613.153, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 776484:

Em 17 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 2.414.016. O presente contrato vigorou até 30 de dezembro de 2014.

Em 30 de agosto de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de outubro de 2016, e destinação adicional de R\$ 2.240.431, totalizando R\$ 4.654.447, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 777876

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação de atletas olímpicos de tênis de mesa de alto rendimento para participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.821.269. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de setembro de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.232.400, totalizando R\$ 3.053.669, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.



Convênio - ME 778138

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais e treinamentos de alto rendimento da seleção brasileira de tênis de mesa visando à classificação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 3.553.047. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado por, no mínimo, 60 dias úteis.

Em 30 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.261.827, totalizando R\$ 4.814.874, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

8. Contas a pagar

Estão assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços a pagar	328.433	332.270
Utilidades públicas	17.191	279
Acordos a pagar	13.822	2.950
	<u>359.446</u>	<u>335.499</u>

9. Obrigações fiscais e trabalhistas

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PIS sobre folha de pagamento	2.084	1.769
IRRF	37.686	29.945
Impostos retidos na fonte	642	436
ISS a recolher	868	-
COFINS sobre receita financeira	2.869	62
	<u>44.139</u>	<u>32.212</u>
Salários a pagar	109.995	93.357
Férias a pagar	268.844	366.974
Obrigações previdenciárias	86.006	89.995
	<u>464.845</u>	<u>550.326</u>
Total	<u><u>508.984</u></u>	<u><u>582.538</u></u>

10. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade e pelas doações de bens recebidas.

11. Provisão para contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Entidade possui riscos de perdas classificados como possíveis, que totalizam R\$ 12.625.835, (R\$ 1.282.042 em 2020), referentes a processos tributários e cíveis. Com base na avaliação de seus assessores legais e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não há a necessidade de provisão para essas contingências.

12. Receitas com eventos e torneios

Estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas com eventos	10.906	47.562
Receitas com torneios e competições	594.454	233.003
	<u>605.360</u>	<u>280.565</u>

13. Outras receitas operacionais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Taxas e inscrições de associados	415.305	290.343
Doações	315.812	444.367
Resultado de ganho no imobilizado – COB	33.100	42.494
Outras receitas (despesas) operacionais.	(67.362)	467.234
	<u>696.855</u>	<u>1.244.438</u>

14. Despesas gerais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com pessoal	249.579	149.754
Despesas com utilidades e serviços	225.844	481.608
Despesas gerais	380.912	291.691
Depreciação	218.645	211.090
Despesas com férias e encargos	72.180	385.710
	<u>1.147.160</u>	<u>1.519.853</u>

15. Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros contra incêndios, raios e explosões, danos elétricos, roubo, furto, para o imóvel, maquinários, equipamentos, instrumentos, mobiliário, utensílios e suas respectivas instalações. Os montantes segurados são julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

16. Eventos subsequentes – Impactos COVID-19

Após 31 de dezembro de 2019, não ocorreram fatos em que a Entidade entenda como necessária sua divulgação, além do Coronavírus (COVID-19). Acreditamos ainda não ser possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la. Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos próximos demonstrativos contábeis. Adicionalmente, ressaltamos que os impactos ocasionados nas operações, podem advir também do resultado das medidas adotadas para a contenção desta pandemia.

No exercício de 2020, ocorreram fatos que a Confederação entendeu como necessária sua divulgação, pelo Coronavírus (COVID-19). É possível notar a diminuição das receitas e dos repasses do COB e CPB das suas atividades, através da diminuição das participações das competições, devido as restrições impostas pelos órgãos governamentais com o objetivo de conter a propagação do vírus.

Diante da situação, a Administração da Confederação, adotou as recomendações de saúde dos órgãos competentes e, adicionalmente, estabeleceu a suspensão das operações para o grupo de risco. Informamos, ainda que, na data de hoje, estamos operando normalmente, com algumas medidas adicionais de segurança, tais como: disponibilização de máscaras descartáveis, medição da temperatura, disponibilização de álcool em gel em determinados pontos e intensificação de limpeza de áreas comuns.